

PROJETO DE LEI Nº , DE 2018

(Do Sr. VICENTINHO)

Institui o Dia Nacional da Comunidade Muçulmana no Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Comunidade Muçulmana no Brasil, a ser comemorado anualmente no dia 24 de janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A história da imigração muçulmana para o Brasil remonta a chegada de Pedro Álvares Cabral a nossas terras. Dois marinheiros árabes islamitas acompanharam as naus que atravessaram o Atlântico para aportar no Brasil¹: Chuhabidin bin Májid e Mussa bin Sáte². Eram também muçulmanos muitos dos espanhóis, portugueses e africanos que para cá vieram. Processos da Inquisição do fim século XVI registram a presença de adeptos dessa religião julgados no Brasil pelo Tribunal.

Parte dos negros escravizados, em especial aqueles trazidos para o Brasil nos séculos XVIII e XIX, professavam fé islâmica na África e eram, não raro, alfabetizados. Quando trazidos para o Brasil, eram obrigados a se converter ao catolicismo, mas não costumavam deixar de cultivar a religião

¹ ANDRADE, Vitor. O fenômeno da islamização no Brasil e a luta contra o preconceito, **Sociedade**, São Paulo, FFLCH-USP, ano 49, n. 37, 12 abr. 2014. Disponível em: <http://www.usp.br/aun/antigo/exibir?id=7600&ed=1320&f=3>. Acesso em: 6 ago. 2018.

² al-JERRAHI, Sheikh Muhammad Ragip. História da presença islâmica no Brasil (palestra). Congresso **El Islam em las dos Orillas**, Sevilha, 2003. Disponível em: http://www.masnavi.org/jerrahi/Artigos___Palestras/Historia_da_presenca_Islamica_/historia_da_presenca_islamica_.html. Acesso em: 6 ago. 2018.

originária. Diferentemente dos senhores de escravos em terras brasileiras, que comumente eram analfabetos, chegaram a fazer registros escritos — poucas pranchas de madeira resistiram à repressão e ao tempo — de suas vivências na América. A religião, bem como a escrita, foram meios relevantes para a auto-organização dos islâmicos escravizados entre nós e foi fator de união de povos tradicionalmente rivais no continente africano, como iorubás e hauçás.

No século XIX, essa articulação social conduziu à Revolta dos Malês (*imalê*, em idioma iorubá, significa “muçulmano”; *malãm*, em língua hauçá, “professor”, “mestre”), na noite de 24 de janeiro de 1835³. A escolha da data de comemoração do Dia Nacional da Comunidade Muçulmana no Brasil para 24 de janeiro remete, portanto, à Revolta dos Malês. O levante foi organizado por negros escravizados e libertos muçulmanos, sob a consigna da *jihad*.

Escravos de ganho - que trabalhavam nas cidades e podiam ficar com parte das rendas obtidas - de Salvador (BA) reuniam-se em oficinas de trabalho e em confrarias. Do mesmo modo, negros libertos ofereciam suas casas para professar a fé islâmica. No Brasil Império, embora o catolicismo fosse o culto oficial, a prática de outras religiões apenas era proibida no espaço público, não havendo vedação legal de cultos não católicos na esfera privada. Esses pilares foram o sustentáculo para organizar o levante.

A Revolta dos Malês buscava a libertação dos escravos insurgidos. Representou o auge de uma série de outras rebeliões de menor porte ocorridas ao longo das duas décadas anteriores. Sua motivação mais imediata foi a destruição da “mesquita” do bairro da Vitória (uma cabana de palha, tal como outra que existia na ladeira da Barra, que abrigava reuniões, local de rezas, e um clube dos muçulmanos da cidade) e a prisão de dois líderes malês, um dos quais Pacífico Licutan (conhecido como Bilal), preso desde o fim de 1834. Quando iniciaram o movimento, os revoltosos portavam amuletos, rosários, anéis de prata e vestiam os tão conhecidos, na atualidade,

³ REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003; MARIANO, Agnes. Resistência malê. **Histórias do povo negro**. Disponível em: <https://historiasdopovonegro.wordpress.com/determinacao/resistencia-male/>. Acesso em: 6 ago. 2018; A revolta dos escravos muçulmanos “malês” em 1835 – Brasil/Salvador. **Pravda.ru**, 14 abr. 2015. Disponível em: http://port.pravda.ru/news/science/14-04-2015/38478-revolta_males-0/. Acesso em: 6 ago. 2018.

abadás. A ação foi antecipada em um dia, para 24 de janeiro, devido a delações aos órgãos de repressão. Havia tendo sido planejada para o último dia do Ramadã, para coincidir com um domingo de comemorações por Nossa Senhora da Guia.

Os rebeldes, cerca de seiscentos, em vão tentaram resgatar Licutan e, em seguida, saíram pelas ruas convocando os demais a tomar a cidade ou se unir a revoltosos do Recôncavo. Batalhas entre as forças de segurança e o movimento resultaram na morte de 70 malês e 10 oficiais, desencadeando condenações à morte e prisões (foram cerca de 300 julgados). A Revolta dos Malês foi um marco para as rebeliões escravas no Brasil.

Desde o fim do século XIX e, principalmente no século XX, correntes imigratórias de muçulmanos para o Brasil ganharam força, em especial com a vinda de sírios e libaneses nos anos 1920. A primeira mesquita oficialmente reconhecida em nosso País, conforme a Sociedade Beneficente Muçulmana de São Paulo, começou a ser construída em 1929.

Atualmente, os dados oficiais mais recentes sobre a presença da religião islâmica no Brasil são do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Indicam pouco mais de 35 mil muçulmanos declarados. Destes, quase 70% concentra-se em São Paulo e no Paraná, outros 10% no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, e os restantes nas demais Unidades da Federação. Conforme reportagem da revista *Isto É*, “em todos os Estados da federação há alguma mesquita, mussala, sociedade beneficente ou cemitério islâmico. [...] ‘Há 94 instituições islâmicas aqui [no Brasil], hoje [2014]. Em 2002, havia 58 e, em 1983, 33’, diz o pesquisador Hilu, da UFF”⁴.

Algumas organizações muçulmanas no Brasil destacam-se pelo intercâmbio cultural e religioso. Representando essas agremiações, há a União Nacional de Entidades Islâmicas (UNI). A Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro foi fundada em 1951. O Centro de Divulgação do Islam para a América Latina surgiu em 1987 (CDIAL,

⁴ CARDOSO, Rodrigo. Os caminhos do Islã no Brasil, “Comportamento”, *Isto É*, 21 fev. 2014 (atualiz.: 21 jan. 2016). Disponível em: https://istoe.com.br/349181_OS+CAMINHOS+DO+ISLA+NO+BRASIL/#. Acesso em: 6 ago. 2018.

<http://www.islambr.com.br/>), em São Bernardo do Campo (SP). A Associação Islâmica de São Paulo é sediada na capital desse Estado. O Instituto Latino-Americano de Estudos Islâmicos (Ilaei, criado em 2008 - <https://www.academiaislamica.com/lms/>) localiza-se em Maringá (PR). Outra instituição paranaense é o Centro Cultural Beneficente Islâmico de Foz do Iguaçu.

Segundo informações do sítio oficial do Ilaei, com números bem diferentes daqueles reconhecidos oficialmente pelo IBGE, em nosso País “vivem mais de um milhão de muçulmanos e apesar de existência de 120 centros islâmicos existem apenas 50 divulgadores, onde poucos falam a língua portuguesa e poucos são capacitados para atuarem como divulgadores” (<https://www.academiaislamica.com/lms/info/instituto.php>). A informação de um milhão de muçulmanos no Brasil foi divulgada, também, na *Folha de S. Paulo* de 26 de dezembro de 1999, em Especial sobre essa religião, especificamente na matéria “Saiba mais sobre o islamismo”, no qual o número referido fora divulgado pela Mesquita Brasil (São Paulo, SP). A Federação de Associações Muçulmanas do Brasil (Fambras), em 2014, registrava “entre 800 mil e 1,5 milhão de muçulmanos no Brasil” (ver nota 1).

A estereotipada associação, que povoa parte do imaginário popular, do islamismo com o extremismo e com o terrorismo, é uma percepção que se intensificou recentemente. A ascensão do regime *taliban* no Afeganistão nos anos 1990, os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (EUA) e uma série de êxitos militares temporários de grupos como o Estado Islâmico (EI) no Oriente Médio contribuíram para essa errônea vinculação entre muçulmanos e radicalismo — quando, na verdade, há radicais militantes religiosos em todas as orientações, cultos e continentes.

Em reação ao ambiente atual de islamofobia, de hostilidade a minorias e de outras formas de racismo e de preconceito, em 2018 o Conselho Global pela Tolerância e pela Paz (CGTP) organizou a primeira edição do Parlamento Mundial pela Tolerância e pela Paz (PMTP), mecanismo de cooperação interparlamentar que teve sua inauguração no salão principal do Parlamento de Malta, na capital daquele país, Valetta (Capital Europeia da Cultura em 2018). O certame reuniu 54 representantes de Parlamentos

regionais e nacionais de todo mundo, tendo sido realizado a convite do Presidente da Câmara Baixa do parlamento maltês, Senhor Angelo Farrugio, e do Presidente do CGTP, Senhor Ahmed bin Mohammed Al-Jarwa.

Nessa ocasião, fui convidado por representantes da comunidade muçumana no Brasil a ser um dos membros fundadores do PMTP. Foram debatidos todos os tipos de intolerância, extremismo, violência, racismo, discriminação e preconceito, bem como as formas de combate a essas chagas, com Parlamentares de todo o mundo. Essa reunião internacional (PMTTP) dedica-se, portanto, à promoção da Paz entre os povos, as culturas e as religiões.

A primeira sessão realizada pelo PMTP ocorreu em Malta, país com longa tradição de interculturalidade. A ilha foi ocupada, entre outros, por fenícios, gregos, romanos, bizantinos, árabes muçulmanos, espanhóis e foi controlada de Ordem dos Cavaleiros de Malta (1530-1798), antes de ter submetida à França napoleônica e ao domínio britânico (1814-1964). Malta tem uma cultura plural, sendo um ponto de encontro entre África, Europa e Oriente Próximo. O islamismo exerce grande influência, entre outros elementos, na língua (o maltês) e nos nomes de pessoas e locais.

Malta ficou independente da Grã-Bretanha em 1964. Em 1974, tornou-se república e, em 1979, a base militar britânica estabelecida quase 180 anos antes, foi desativada. Malta notabilizou-se, nos anos 1980, pela Cúpula realizada entre os líderes dos EUA, George Bush, e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Mikhail Gorbachov, em 2 e 3 de dezembro de 1989, poucas semanas após a queda do Muro de Berlim e marco da aproximação das potências antes rivais. O país é referência de comprometimento com os direitos humanos, com a tolerância e com a paz.

No espírito de conagraçamento entre povos, nações, culturas e religiões, conclamamos aos Nobres Pares o apoio pela aprovação deste Projeto de Lei que visa estabelecer o Dia Nacional da Comunidade Muçumana no Brasil.

Deputado VICENTINHO

2018-9070